



Uma abordagem enativista-ecológica para a interpretação de obras ficcionais

An enactivist-ecological approach for interpreting fictional works

José Carlos Camilloⁱ
Universidade Federal de Goiás

Resumo: Seguindo a ideia de que os organismos mantêm sua coerência interagindo com o ambiente e que, ao fazê-lo, tornam-se criadores de sentido, os enativistas têm argumentado que em um ambiente social emerge o sensemaking participativo. Nesse caso, o significado emerge da interação entre os membros de uma comunidade. Influenciada pelo enativismo, surgiu a proposta de que o receptor tem uma participação mais proeminente na produção do sentido da ficção quando comparado ao produtor da obra ficcional. Assim, tem sido endossado, em algumas abordagens enativistas, que a interpretação de qualquer ficção depende, em última análise, de seu receptor. Neste artigo, essa perspectiva será chamada de supremacia do receptor e o objetivo aqui é argumentar contra essa perspectiva. Para construir tal argumentação, quatro etapas serão seguidas. Primeiramente, será apresentada a compreensão enativista da linguagem. Em segundo lugar, serão discutidos os argumentos para a perspectiva enativista chamada de supremacia do receptor. Na terceira etapa, serão apresentados dois argumentos para a rejeição da supremacia do receptor. Por fim, acoplando ao enativismo uma perspectiva da psicologia ecológica, será argumentado que o produtor da ficção estabelece restrições que limitarão as possibilidades interpretativas do receptor. Dessa forma, o processo interpretativo de uma obra ficcional é um esforço colaborativo envolvendo seu produtor e receptores, sendo que nesse esforço, o receptor não tem uma participação mais importante que o produtor.

Palavras-chave: interpretação; ficção; enativismo; psicologia ecológica; produção de sentido participativa.

Abstract: Following the idea that organisms keep their coherence by interacting with the environment and that, by doing so, they become sense-makers, enactivists have argued that in a social environment what takes part is participatory sensemaking. In that case, meaning emerges from the interaction between members of a community. Some enactivists have argued that the recipient has more prominent participation in the production of fiction's meaning when compared to the producer of the

fictional work. In this paper, this perspective will be called recipient-supremacy. The goal of this paper is to argue that this may not be the case. To construct such an argumentation, four steps will be followed. First, the enactivist understanding of language will be presented and the arguments for adopting such an approach will be debated. In the second step, the arguments for the enactivist perspective called recipient-supremacy will be discussed. In the third step, it will be displayed two arguments for rejecting recipient-supremacy. Finally, in the fourth step, it will be argued that the rejection of this perspective does not exclude the recipient's participation in the sensemaking of the fictional work, specially considering Ecological Psychology along with Radical Enactivism. Rather, what the producer does via the story is to create constraints that narrow down the possibilities for the recipient to make meaning. Therefore, the meaning of a fictional work is a collaborative endeavor involving its producer and recipients.

Keywords: interpretation; fiction; enactivism; ecological psychology; participatory sensemaking.

Introdução

Durante a segunda metade do século XX, os estudos da cognição estiveram dominados pela metáfora computacional, em que o cérebro seria como um computador e a mente como um software (RESENDE, 2019). Dentro dessa tradição cognitiva, é forte o conceito de representação: modo de apresentação (psicológico) em adição a um conteúdo, que, por sua vez, se define como condições de satisfação/verdade (SEARLE, 1983). Os processos cognitivos seriam, então, computações de representações ou, em outras palavras, manipulação de símbolos.

A partir da década de noventa, no entanto, surgem propostas para explicar a cognição que não se valem do conceito de representação ou mesmo computação. Essas propostas têm a vantagem de se adequarem melhor ao naturalismo, evitando excessos explicativos (o que é uma representação e como se adequa ao mundo físico?) e evitando ter que recorrer a um tipo de informação que não se encaixa no naturalismo. Já que o naturalismo pressupõe informação-como-covariância, abordagens representacionalistas teriam dificuldade de explicar como surge a informação-como-conteúdo que defendem (HUTTO, MYIN, 2013).

Entre as abordagens antirrepresentacionalistas, está o Enativismo¹. De acordo com o enativismo, a cognição básica não representa. Antes, ela emerge da interação entre corpo e

¹ Nem toda abordagem enativista é antirrepresentacionalista (ROLLA, 2021), mas neste artigo será levado em conta apenas abordagens enativistas antirrepresentacionalistas, como o enativismo autopoietico e o enativismo radical. Uma proposta de harmonização entre esses dois tipos de enativismo pode ser vista em Rolla e Hoffmann (2021).

ambiente (HUTTO, MYIN, 2013). Nesse contexto, conteúdo, representação e linguagem surgem como decorrência de práticas sociais situadas em normas culturais e são chamados de cognição superior (HUTTO, MYIN, 2017; DI PAOLO, CUFFARI, DE JAEGHER, 2018).

O objetivo deste artigo é tomar o enativismo como plano de fundo para entender a interpretação de obras ficcionais, especialmente literatura. Uma proposta enativista recente defende o que será aqui chamado de supremacia do recipiente, segundo a qual, o leitor tem o controle majoritário sobre a produção de sentido na ficção (CARACCILO, 2012; 2014). No entanto, seguindo os princípios enativistas e, juntando a eles, a Psicologia Ecológica, será argumentado que o autor e o texto impõem restrições interpretativas que limitam a produção de sentido do leitor. Isso resulta numa produção de sentido participativa equilibrada entre as partes. Para chegar a essa conclusão, primeiro será apresentado um modelo de processo interpretativo enativista baseado na noção de produção de sentido participativa. Depois, a tese da supremacia do receptor será exibida juntamente com os argumentos que a sustentam. Logo em seguida, duas linhas de argumento serão usadas para criticar essa tese. Por fim, valendo-se da Psicologia Ecológica e levando em conta o que foi discutido até o momento relacionado ao enativismo, será apresentado um modelo de participação mútua na produção de sentido de textos ficcionais.

Enativismo e produção de sentido participativa

O enativismo, especialmente o autopoietico, entende que as propriedades da vida e da cognição estão em um contínuo (DI PAOLO, CUFFARI, DE JAEGHER, 2018). Nesse sentido, duas propriedades são essenciais para o enativismo, pois são características dos seres vivos que também explicam o funcionamento da cognição: autonomia e produção de sentido (VARELLA, THOMPSON, ROSCH, 2016). Autonomia se refere ao funcionamento de um sistema que é capaz de gerar e manter sua identidade mesmo diante de circunstâncias adversas. Isso significa que um sistema é autônomo se, caso não houvesse um fechamento operacional voltado para a manutenção de sua identidade, esse sistema pararia de funcionar (DE JAEGHER, DI PAOLO, 2007).

Uma bactéria, por exemplo, gera sua própria identidade por meio da reprodução e tenta se manter viva diante por meio de suas interações com o ambiente. Um computador, apesar de buscar manter sua identidade, depende de uma geração exterior em tudo de seu

sistema: desde o hardware até o software. Por isso, nessa concepção, uma bactéria é viva enquanto um computador não é um ser vivo. Algo semelhante valeria para seres cognitivos: o funcionamento da cognição é autogerado e autossustentado, enquanto num computador o funcionamento do processamento de informações depende de atuação externa.

Para que haja essa autonomia, no entanto, parece ser necessário que o ser vivo seja capaz de distinguir entre fatores que favorecem a preservação dessa identidade e fatores que prejudicam essa conservação. Para isso, seres vivos, especialmente seres cognitivos, geram sentido/significado ao interagirem com o mundo. Uma bactéria se aproxima de substâncias mais açucaradas e evita substâncias mais ácidas, por exemplo. Em menor grau, essa bactéria, por meio dessas interações, está produzindo sentido. Esse processo que se dá por meio da ação dos organismos é chamado por enativistas de *produção de sentido* (DE JAEGER, DI PAOLO, 2007). Dessa forma, ações passam a ser normativas no sentido de que elas são reguladas de modo a manter o funcionamento do organismo. Em outras palavras, começa a nascer, aí, algum tipo de condição associada à ação (ROLLA, 2021).

Quando, porém, dois organismos interagem entre si e com o ambiente, essa interação tende a ser coordenada, especialmente entre organismos intraespecíficos (DE JAEGER, DI PAOLO, 2007). Saindo dos exemplos de organismos unicelulares e passando a exemplos humanos, pode-se pegar o caso de uma mãe andando na rua com seu filho pequeno. Apesar de a mãe ser mais forte, ter pernas maiores e mais ágeis que o filho, o passo dos dois tende a se sincronizar à medida em que andam. No caso da caminhada, a coordenação se dá de forma sincronizada. Mas um caso diferente, como num cruzamento em que o pedestre quer atravessar a rua, mas um carro dá a seta indicando que vai entrar na rua a ser atravessada faz com que ou o pedestre espere o carro passar ou o motorista dê passagem ao pedestre. De qualquer forma, um coordena sua ação levando em conta ação do outro.

Essa coordenação faz com que haja uma tendência à produção de sentido em conjunto. Retomando o exemplo da mãe caminhando na calçada com o filho. Nesse caso, uma placa, uma pessoa vindo na direção oposta ou uma lata de lixo seriam entendidas de modo semelhante pelos dois: um empecilho à sincronização de seus passos. A ação dos dois, a partir disso, também seria coordenada, já que ambos buscariam desviar o obstáculo. No caso do cruzamento o motorista e o pedestre tentam entender as ações um do outro para que, assim, tomem suas ações. Essa produção de sentido coordenada é chamada por de Jaegher e di Paolo (2007) de *produção de sentido participativa*. Por ser uma abordagem

enativista, esse processo não precisa ser (e muitas vezes não é) representacional. Em ambos os casos (mãe-filho e motorista-pedestre), os agentes não precisam representar o obstáculo ou a ação do outro. Eles simplesmente agem de modo coordenado, sem recorrerem a representações para isso.

Algo crucial da produção de sentido participativa é que a coordenação que permite essa produção de sentido tem uma identidade e busca manter essa identidade. Apesar disso, os organismos envolvidos nela não perdem a identidade própria deles (DE JAEGER, DI PAOLO, 2007). Ainda no exemplo da mãe com o filho: os dois buscam manter a sincronização dos passos (identidade da coordenação mantendo-se), mas, para isso, o filho não anda mais rápido do que sua capacidade, de modo a se ferir (identidade do organismo se mantendo).

O que de Jaegher e di Paolo (2007), proponentes do conceito de produção de sentido participativa, defendem é que existem diferentes graus de participação na produção de sentido. De um lado do espectro, há uma produção de sentido individual que é meramente afetada pela coordenação entre os organismos e, do outro lado, há uma produção de sentido conjunta, com diferentes graus entre eles. Um exemplo de produção de sentido conjunta é o de um casal decidindo o que vão pedir de comida para o jantar. Ambos interagem de modo a chegarem juntos a uma ação que agrada os dois.

Um exemplo de produção de sentido individual afetada pela coordenação seria o de uma ordem unida em pelotão militar. Uma pessoa num pelotão a executar uma ordem unida produz sentido (regulando suas ações) não só a partir da ordem do comandante, mas também prestando atenção à execução de seus colegas para garantir a sincronia de suas ações. No entanto, o grau de participação dos indivíduos nesse processo. Apesar de produzirem sentido, essa produção é coordenada pelo comandante. Ou seja, a autonomia da coordenação é de responsabilidade maior do comandante. Isso porque, caso estejam diante de um obstáculo (como um poste ou uma pessoa atravessando), usualmente os membros do pelotão não têm autonomia para decidir o que fazer, devendo esperar a ordem do comandante. Em outras palavras, pode-se dizer que o comandante tem o domínio maior sobre essa produção de sentido.

Instituições diferentes das forças armadas, na verdade, têm regras diferentes quando esse procedimento. Por exemplo, caso o pelotão esteja em marcha e alcance um obstáculo, algumas instituições têm como regra que o pelotão automaticamente pare a marcha e comece a marcar passo (algo como marchar parado), enquanto outras têm como regra que o

pelotão permaneça executando a ordem anterior até o comandante dê nova ordem. Nesse exemplo, outra característica da produção de sentido participativa, especialmente levando em conta seres humanos, que são considerados *corpos linguísticos*, é que essa produção de sentido é regulada por hábitos sociais (DE JAEGER, DI PAOLO, 2007; DI PAOLO, CUFFARI, DE JAEGER, 2018). Sejam regras explícitas (como é o caso da ordem unida), sejam costumes não expostos de maneira direta (por meio da fala ou escrita), as ações são coordenadas levando em conta esses hábitos sociais.

Desse modo, a produção de sentido participativa se dá por meio da coordenação das ações entre organismos. Esse processo pode ter diferentes graus de participação dos organismos e, no caso de seres humanos, é regulado por hábitos sociais. E como o foco deste artigo está na interpretação, esta seção será finalizada com um exemplo de interpretação como produção de sentido participativa dado pelos próprios de Jaegher e di Paolo (2007). É o exemplo de um jogo de mímica. Nesse jogo, o objetivo é que a audiência interprete o que está sendo mimetizado por quem faz a mímica. Alguns hábitos sociais estão presentes não apenas por meio de regras explícitas (por exemplo, é explicitamente dito que é proibido utilizar a fala), mas também por meio de costumes (por exemplo, usar os dedos para indicar quantas palavras serão mimetizadas e qual é a ordem da palavra a ser mimetizada). Alguém poderia supor, aqui, que o que faz a mímica tem o domínio dessa produção de sentido. No entanto, a reação da audiência é praticamente tão importante quanto. Isso porque o que faz mímica modifica seus gestos à medida que a audiência dá seus palpites. Se eles estão falando coisas muito diferentes daquilo que ele está tentando comunicar, ele, usualmente, muda seu jeito de mimetizar as palavras selecionadas. Além disso, o que faz a mímica pode dialogar, de modo limitado, com a audiência, indicando por meio de gestos se um palpite está próximo do certo ou qual pessoa na audiência deu o palpite mais aproximado. Dessa forma, o que faz a mímica conduz a interpretação dos outros participantes da brincadeira, mas estes, por sua vez, influenciam na produção de gestos do que mimetiza até que a audiência chegue à interpretação correta.

A tese da supremacia do recipiente

Influenciado por esse plano de fundo enativista, o linguista Caracciolo (2012; 2014) propôs o que será chamado neste artigo de **tese da supremacia do recipiente** para explicar

a interpretação de obras ficcionais. Numa tentativa de sumarizar essa tese, tem-se que: **o recipiente de uma obra ficcional tem o controle majoritário sobre a produção de sentido numa obra ficcional.**

Em outras palavras, retomando o conceito de produção de sentido participativa, a interpretação de obras ficcionais estaria no espectro da produção de sentido individual afetada pela coordenação, de modo análogo ao de uma ordem unida em pelotão militar. Mas, neste caso, ao contrário do que propostas intencionalista usualmente defendem (SEARLE, 1983; ALONSO, CAMILLO, 2022), o comandante, nessa analogia, não é o autor/cineasta/contador de histórias (produtor da ficção) é, antes disso, o recipiente (leitor/telespectador/ouvinte). Em outras palavras, “[...] *it is the recipiente, and not the storyteller, who has the last word on the meaning of the story.*”² (CARACCILO, 2012, p. 377).

Caracciolo (2014) utiliza os termos produtor-receptor da ficção porque sua proposta não vale apenas para a literatura, mas também para filmes, séries ou mesmo para momentos em que um pai conta uma história a seu filho antes de dormir. No entanto, conforme será discutido mais adiante, a tese da supremacia do recipiente faz mais sentido tendo em vista a literatura do que em outros tipos de obras ficcionais.

Um exemplo que ele dá em favor de sua tese é o de *A metamorfose*, de Franz Kafka. Segundo Caracciolo (2012), mais de cem interpretações diferentes foram dadas para esse livro e, apesar de diversas e, em alguns casos, contraditórias, não é fácil dizer quais dessas interpretações estão corretas ou não. Isso porque ele está se baseando em uma suposição muito facilmente observável (embora ele não dê evidências científicas disso) de que, quando algo está indeterminado numa história, o recipiente que determina o sentido. O que significa tornar-se um inseto em *A metamorfose*? Não fica determinado pelo texto, então, o leitor determina esse significado.

Ele concorda, no entanto, que essa determinação de significado é limitada pelo texto. Nesse sentido, sua proposta se assemelha à de Eco (2015), segundo a qual o leitor levanta hipóteses de interpretação e essas devem estar em harmonia (não-contradição, para ser mais exato, seguindo Caracciolo) com o que o texto apresenta. E basicamente essa é a limitação interpretativa dada por ele. Dessa forma, onde o significado está indeterminado, o recipiente determina em seu processo de interpretação. E isso faz com que obras de ficção,

² Tradução: “[...] é o recipiente e não o contador da história que tem a palavra final sobre o significado dela.”.

especialmente literatura, sejam mais suscetíveis à determinação do recipiente. Essa determinação do recipiente é o que levou Caracciolo (2012) a defender a tese da supremacia do recipiente.

Primeiro, porque nessas obras, usualmente, os produtores intencionalmente colocam elementos indeterminados na narrativa. É o que parece ser o caso de *A metamorfose*. Eco (2021), nessa linha de pensamento, diz que é essencial para uma boa ficção que o autor não apenas coloque esses elementos indeterminados na obra como também os deixe indeterminados. Falando de seu livro *O nome da rosa*, Eco (2021) diz que escolheu esse título para a obra justamente por estar aberto a diferentes interpretações. Sendo parte essencial de uma obra ficcional, o processo de interpretá-la envolve a determinação desses significados indeterminados por parte do leitor.

O segundo motivo pelo qual as obras de ficção se adequam à tese da supremacia do recipiente por serem mais suscetíveis à indeterminação, argumenta Caracciolo (2014), é a ausência de seu produtor no processo interpretativo. Retomando o exemplo da mímica, se algum gesto não ficou claro, o produtor percebe por meio de sua interação com o público e age a partir dessa percepção de modo que a comunicação fique clara. Isso não ocorre no caso de obras ficcionais. Não se lê ou assiste um filme em companhia de seu produtor (a menos em casos excepcionais que, usualmente, não envolvem a interação produtor-recipiente no processo de interpretação, como em *premières* ou leitura coletiva com a presença do autor). Isso faz com que aspectos da obra que não eram intencionalmente indeterminados se tornem indeterminados, tal qual um gesto de mímica que ninguém da audiência entendeu e o produtor, ao invés de produzir gestos diferentes para levar ao significado intencionado, simplesmente desaparece.

O terceiro motivo que levou Caracciolo (2012; 2014) a argumentar que, na ficção, há maior indeterminação é a distância temporal/cultural entre a produção da obra e sua interpretação. Isso porque, já que na proposta de Caracciolo, a interpretação se dá por meio da formulação de hipóteses e de sua “testagem” a partir da não-contradição com o texto, então algumas coisas que seriam claramente rejeitadas pelo texto sob o olhar de determinada cultura na qual ele foi escrito, não ficam tão claras assim com o passar do tempo e em outra cultura. Por isso, na literatura, mais do que outros tipos de obras ficcionais, se aplica a tese da supremacia do recipiente: há textos literários de milênios de distância de sua interpretação, cuja base cultural pouco se sabe.

É o caso da Bíblia cristã e a variedade gigantesca de interpretações de suas histórias. Muitas ações narradas não fazem sentido para o leitor atual, de modo seu sentido fica indeterminado, gerando uma multiplicidade de interpretações. Um exemplo interessante é o de Jefté (Juízes 11.29-40) que faz um voto de oferecer a Deus aquilo que primeiro entrar em sua casa. O que primeiro entra em sua casa é sua única filha e o texto diz que ele cumpriu o voto. A questão é que não se sabe exatamente o que significa “oferecer” nesse caso. Significa fazer um sacrifício de morte (tal qual Abraão e Isaque) ou levar e deixar ao serviço do templo (tal qual acontece na história de Samuel). Essa falta de conhecimento da cultura da época leva a diversas interpretações: algumas de que ele matou a filha; outras de que ela passou a servir no templo, ainda outras de que ela se tornou virgem até a morte (LEAL, 2011).

O que Caracciolo (2021; 2014) está defendendo *nesses casos* é que não se pode falar de uma interpretação correta e interpretações erradas: todas são aceitáveis. Isso porque a obra é indeterminada nesses aspectos. E como uma obra ficcional é indeterminada por causa de aspectos intencionalmente indeterminadas e não intencionalmente indeterminados (ausência do produtor e distância temporal/cultural) ela é, por essência, determinada majoritariamente por seu recipiente (tese da supremacia do recipiente). Na sessão seguinte, no entanto, será retomada a ideia de Caracciolo de que a interpretação é um processo de formulação de hipóteses a serem testadas no texto e, a partir disso, serão expostos alguns problemas para a tese da supremacia do recipiente.

Problemas da tese da supremacia do recipiente

Caracciolo, conforme apresentado na seção anterior, se valeu da noção de produção de sentido participativa para apresentar a tese da supremacia do recipiente. No entanto, um aspecto muito importante foi negligenciado em sua argumentação: o fato de que hábitos sociais regulam o processo de produção de sentido. Ou seja, se interpretação é a formulação de hipóteses de significado para uma obra ficcional, como ele defende, testando-as em seguida levando em conta não-contradição com o texto, então esse processo de formulação e, especialmente, de testagem provavelmente é influenciado por hábitos socioculturais.

Em outras palavras, nesta seção será defendido que alguns hábitos socioculturais regulam o processo de testagem de hipóteses interpretativas. Essa regulação limita a produção de sentido por parte do recipiente de modo que ele não tenha a supremacia sobre

a produção de sentido. A argumentação seguirá dois casos em que habitualmente hipóteses de determinação de significado levantadas são socialmente rejeitadas. Ou seja, casos em que, além do princípio de não contradição com o texto (admitido por Caracciolo) outro critério é levado em conta, costumeiramente, ao interpretar obras ficcionais. A partir disso, um critério usualmente utilizado pela cultura ocidental nesse processo de testagem será apresentado.

O primeiro caso é de má-atribuição de ficcionalidade. Ou seja, casos em que o recipiente não entende que a obra que está diante dele é ficcional. Alguns aspectos de algumas obras ficcionais evidenciam que a obra é uma ficção (e.g. o uso de “era uma vez”). Nesses casos, usando apenas o critério, aceito por Caracciolo, de não-contradição com o texto já é possível dizer que foi um erro interpretativo. No entanto, algumas obras ficcionais subvertem isso e se utilizam de elementos que negam a ficcionalidade do que está sendo narrado. É o caso da série televisiva *Fargo*, que apresenta no início de cada episódio um aviso que a história a ser descrita aconteceu em determinado local, mas que os nomes foram alterados para preservar as vítimas.

Entra nesse tipo de exemplo o livro *A lua vem da Ásia*, de Campos de Carvalho, que adota o estilo de um memórias em que um lunático narra seu cotidiano. É um texto que, se levar em conta apenas o critério de não-contradição com texto, pode-se chegar à conclusão de que é um texto não-ficcional. Inclusive Moisés (2016) afirma que a publicação do livro foi rejeitada durante algum tempo porque, ao lerem o texto, editores acreditavam que Campos de Carvalho era, de fato, um lunático que havia escrito suas memórias. No entanto, pode-se afirmar que tal interpretação é equivocada e não somente valendo-se do conteúdo texto do livro. Primeiro, porque Campos de Carvalho não era um lunático e o livro não se trata de suas memórias. Segundo, por hábito social, parece até ridícula a interpretação desses primeiros editores (MOISÉS, 2016). É um texto ficcional e o leitor simplesmente não teve a palavra final para determinar isso.

O segundo caso é o de má-interpretação da obra ficcional em si. Um caso famoso recente no Brasil foi o do filme *Como se tornar o pior aluno da escola*, produzido pelo comediante Danilo Gentili. No filme, um personagem, vivido por Fábio Porchat, é pedófilo e, recentemente, se argumentou, que a produção fazia apologia à pedofilia (GASPAR, 2022). No entanto, a maioria da audiência entendeu isso como um erro interpretativo, inclusive um dos que levantaram essa argumentação (MENDONÇA, 2022), defendendo que o filme faz

uma crítica a essa prática. O que ocorreu aqui é que a maioria dos telespectadores, por costume social, testaram a hipótese de determinação de significado e a entenderam como equivocada. Não parece estranha aos hábitos sociais a prática de considerar interpretações como equivocadas. Neste caso, porém, pode-se argumentar que estava-se usando apenas o critério da não-contradição com o texto. Mas não parece ser apenas esse o caso.

Tanto nas reportagens mencionadas no parágrafo, quanto em várias outras notícias acerca de Neil Gaiman e *Sandman* (CHITES, 2021); George R. R. Martin e suas *Crônicas de Gelo e Fogo* (FRAGA, 2022); no caso de Campos de Carvalho (MOISÉS, 2016) e tantos outros exemplos fica aparente que, ao menos na cultura ocidental há um critério que se estabeleceu por meio de hábito social. E esse critério é: a intenção do autor. Parece ser, então, um hábito social afirmar que uma interpretação de obra ficcional está equivocada quando vai diametralmente oposta àquilo que o autor pretendia. É preciso reconhecer que os argumentos dados não provam que o critério da intenção do autor seja, de fato, necessário, mas parecem sugerir isso. Não obstante, eles evidenciam que o receptor não necessariamente tem a última palavra sobre o significado de obras ficcionais.

Se essa hipótese estiver correta, então, o recipiente teria uma participação fundamental na produção de sentido de uma obra ficcional, mas o autor também teria uma participação importante. Dessa forma, a interpretação seria um esforço de ambas as partes: recipiente e produtor, numa participação mais igualitária do que a que defende Caracciolo (2012). Apesar de não argumentarem muito nesse sentido, essa proposta de interação não está tão distante do que di Paolo, Cuffari e de Jaegher (2018, p. 303-304) afirmam acerca da produção de sentido participativa na ficção. Para eles, o narrador direciona a atenção dos leitores e os leitores se permitem ou não serem engajados nesse direcionamento de atenção.

Esse direcionamento da atenção está presente na forma como King (2015, p. 75) descreve o papel do autor na ficção: telepatia. Segundo ele, "Todas as artes dependem de certo grau de telepatia, mas acredito que a escrita ofereça a destilação mais pura.". O exemplo que ele dá, no entanto, é justamente de direcionamento de atenção: o autor eficiente consegue fazer com que seu leitor tenha a atenção direcionada para onde o autor quer. Nisso está presente o modo como a intenção do autor tem papel na interpretação. No entanto, apesar de di Paolo, Cuffari e de Jaegher (2018, p. 303-304) afirmarem que o papel do leitor nesses casos é apenas se deixa engajar, os argumentos de Caracciolo (2012; 2013) mostram que o leitor tem um papel muito mais ativo nesse processo. Nesse caso, como já

dito, a interpretação de obras ficcionais depende desse esforço colaborativo em que fica difícil dizer qual das partes tem proeminência. É uma colaboração mais igualitária.

Na próxima seção, será retomado esse aspecto colaborativo da interpretação de obras ficcionais tendo como base a proposta enativista. Mais do que isso, serão acoplados a isso alguns conceitos da Psicologia Ecológica para detalhar melhor alguns aspectos da participação do produtor e do recipiente na interpretação de obras ficcionais e como eles se complementam e se restringem nesse processo.

Uma contribuição analógica a partir da Psicologia Ecológica

A psicologia ecológica tem como um de seus objetivos principais explicar como a percepção é usada por organismos para controlar a ação. Essa explicação se baseia em duas teses principais: 1) o que se percebe são *affordances*; e 2) essa percepção se dá sem a necessidade de mediação de representações. Ou seja, é uma percepção direta dos *affordances* (SEGUNDO-ORTIN, 2022).

Affordances são oportunidades para ação e emergem da interação entre organismo e ambiente. Por exemplo, uma garrafa d'água com tampa de rosca pode ser vista como algo de onde se beber para o ser humano com sede, ou como um objeto para ferir alguém num contexto de luta. Já para um cachorro, essa garrafa pode ser vista como algo para morder, como se fosse um osso maior. *Affordances*, então, são as possibilidades de ação que um organismo tem diante de um ambiente levando em conta a constituição física do organismo (morfologia) e do ambiente bem como as proficiências do organismo (ROLLA, 2021).

De forma semelhante à noção de produção de sentido, a psicologia ecológica que a atuação de um organismo em um ambiente produz sentido porque “[...] meaning involves the appropriateness of an organism’s actions to its surroundings.”³ (GIBSON, 1988). Por causa disso, Carvalho e Rolla (2020) e Rolla (2021) argumentam que a psicologia ecológica pode ser harmonizada com o enativismo, apesar de algumas diferenças entre eles. Da mesma forma que o enativismo, a psicologia ecológica tem como foco a ação dos organismos; ambos entendem a percepção como direta e não necessitam se valer de representações; e ambos

³ Tradução: “[...] significado envolve a adequação das ações de um organismo a seus envoltos.”

entendem que sentido surge da atuação do organismo em seu ambiente. Em vista disso, neste trabalho enativismo e psicologia ecológica serão considerados como complementares.

Num primeiro momento, será importante para a proposta a seguir a ideia de que as possibilidades para ação (*affordances*) vêm do ambiente a depender do organismo que está atuando ali. Ou seja, as possibilidades de ação vêm da junção das características do organismo e do ambiente.

Porém, quanto menos treinado for um organismo, maior as possibilidades de ação num determinado ambiente, o que gera uma ação menos eficiente (cujo objetivo é alcançado mais lentamente e com menos sucesso) (ROLLA, 2021). Por exemplo, um adulto olha para uma garrafa e deseja pegar a garrafa para beber água, seu movimento é rápido e preciso, formando quase uma linha reta. Já um bebê que está aprendendo a alcançar objetos vai coordenando o movimento do braço em várias direções, fazendo vários movimentos diferentes até alcançar o objeto. Com o passar dos meses, esse movimento vai se tornando menos vários e mais preciso e eficiente (GIBSON, 1988). Outro exemplo é dos macacos-prego (*Sapajus libidinosus*) aprendendo a quebrar coco com ferramentas de pedra. Os movimentos começam imprecisos e muito variáveis e, à medida que o macaco vai ganhando prática, a variabilidade vai diminuindo e a eficiência (cocos realmente quebrados) vai aumentando (RESENDE *et al*, 2021).

A proposta deste artigo é considerar a interação entre receptor e obra como ocorrendo de forma semelhante à interação entre organismo e ambiente. De fato, a percepção de *affordances* de cunho social tem sido muito defendida em várias frentes (SEGUNDO-ORTIN, 2022; SEGUNDO-ORTIN, SATNE, 2022; CARVALHO, 2020). Por isso, não é estranho ou incongruente entender a relação receptor-obra como análoga à relação organismo-ambiente. Nesse sentido, o texto (ou outro tipo de obra ficcional) teria várias possibilidades de ações interpretativas que emergem a partir da interação do receptor com ele. Assim, tanto texto quanto leitor contribuiriam para essas possibilidades de interpretação.

Dentro dessa analogia, obra e receptor teriam características que restringiriam ou ampliariam as possibilidades de interpretação. Um resumo dessas características baseadas nas seções anteriores deste artigo está a seguir, com os tópicos 1 a 4 se referindo a características do texto (ou obra), e os tópicos seguintes às características do receptor:

1. Direcionamento da atenção baseado na intenção do produtor (limita as possibilidades de interpretação).

2. Indeterminação intencional (amplia as possibilidades de interpretação).
3. Distanciamento do autor e distanciamento cultural (amplia as possibilidades de interpretação).
4. Coerência textual (limita as possibilidades de interpretação)
5. Submissão do receptor ao direcionamento da atenção (limita as possibilidades de interpretação).
6. Plano de fundo do receptor (amplia as possibilidades de interpretação).

O tópico 1 se refere a como o produtor focaliza a atenção do receptor para aquilo que ele pretende evidenciar (DI PAOLO, CUFFARI, DE JAEGER, 2018). Isso faz com que o receptor não procure qualquer coisa na obra, mas que se foque em algumas, limitando assim sua produção de sentido. Por outro lado, o autor, como discutido nas seções anteriores, pode intencionalmente colocar indeterminações na obra (tópico 2), como Kafka em *A metamorfose* ou Eco em *O nome da rosa*. Como já discutido, essa indeterminação amplia as possibilidades de interpretação. É o que ocorre também com o distanciamento do autor e distanciamento cultural (tópico 3). Na proposta de Caracciolo (2012), o receptor faz hipóteses interpretativas e as avalia pela coerência com o texto. Como algumas hipóteses são rejeitadas como não se adequando ao texto, então a coerência textual (tópico 4) limita algumas possibilidades de interpretação. Di Paolo, Cuffari e de Jaegher (2018) também defendem, como apresentado, que leitor se submete ao direcionamento da atenção (tópico 5). Como o direcionamento da atenção limita as possibilidades de interpretação, então se submeter a ele também produz o mesmo efeito.

Mais do que isso, o leitor pode ter informações que nem passaram pela cabeça do autor, não estão claras no texto, mas que se harmonizam com a coerência do texto e não vão contrários ao direcionamento da atenção pretendido pelo autor. Um exemplo é dado por Eco (2021) de uma estudiosa francesa que entendeu que os “simples” (pobres) ao longo do livro eram chamados assim porque “simples” era o nome de uma erva daninha na época em que a história se passa (1327 d.C.). Dessa forma, seria uma alegoria ao modo como a Igreja via os pobres na narrativa: como a erva daninha da heresia. Eco diz que definitivamente não tinha essa associação em mente quando escreveu, mas que o texto que produz seus sentidos. Por isso, o plano de fundo cultural do receptor (tópico 6) contribui para ampliar as possibilidades de produção de sentido.

Além disso, como já apresentado, a prática da interação organismo-ambiente na psicologia ecológica reduz as possibilidades de ação, levando a uma ação mais eficiente. Seguindo a analogia com a psicologia ecológica, também é intuitivo pensar que uma pessoa que leu mais vezes uma obra é capaz de rejeitar hipóteses interpretativas por ter maior conhecimento acerca da coerência textual (tópico 4). Também uma pessoa com maior conhecimento acerca do contexto histórico-cultural de uma obra, como um especialista em Homero, é capaz de rejeitar de modo mais eficiente algumas hipóteses interpretativas por reduzir a distância cultural (tópico 3). Esse tipo de interpretação (tanto de releituras quanto de conhecimento histórico-cultural) pode ser considerado um tipo mais eficiente de interpretação por diminuir a variabilidade das possibilidades, tal qual ocorre com uma ação mais eficiente após treino (ao qual o conhecimento teórico também pode contribuir).

Dessa forma, utilizando uma analogia (que tem um pé na realidade bem fincado, na verdade) com a psicologia ecológica, pode-se juntar o que foi discutido ao longo do artigo em uma proposta sobre como funciona a interpretação da ficção. Interpretação seria uma interação entre receptor e obra em que cada um contribuiria com aberturas e restrições de possibilidades de sentido num processo de produção de sentido colaborativa mais igualitário do que defende a tese da supremacia do leitor. O papel do produtor da ficção, nesse caso, é inserir na obra os tópicos 1, 2 e 4, contribuindo, assim, para a produção de sentido.

Considerações finais

Neste artigo foi apresentada a tese da supremacia do receptor sob um ponto de vista enativista, especialmente influenciado pela noção de produção de sentido participativa. No entanto, essa tese enfrenta alguns problemas quando se leva em conta hábitos sociais na interpretação de obras ficcionais. Para abarcar as contribuições da tese da supremacia do receptor e ainda levar em conta suas críticas, uma proposta foi levantada com base em uma analogia com a psicologia ecológica. Mais estudos podem ser feitos, especialmente considerando a interpretação ficcional na psicologia ecológica, de modo que a proposta levantada aqui deixe de ser mera analogia e passe a ser, de fato, uma proposta ecológica. Além disso, os tópicos apresentados que contribuem para o processo interpretativo podem ser desenvolvidos e discutidos em mais detalhe por meio de estudos posteriores.

Referências

- ALONSO, Bernardo; CAMILLO, José Carlos. Interpretação de atos de fala: Metáforas e o papel da abdução. **Veritas**, v. 67, n. 1, p. e40490, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/1984-6746.2022.1.40490>. Acesso em: 24 de agosto de 2022.
- CARACCILO, Marco. Narrative, meaning, interpretation: an enactivist approach. **Phenomenology and the Cognitive Sciences**, vol. 11, p. 367–384, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s11097-011-9216-0>. Acesso em: 24 de agosto de 2022.
- CARACCILO, Marco. **The experientiality of narrative: an enactivist approach**. Berlin: De Gruyter, 2014.
- CARVALHO, Eros Moreira de. Social Affordance. In: VONK, J., SHACKELFORD, T. (eds). **Encyclopedia of Animal Cognition and Behavior**. Dordrecht: Springer, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.1007/978-3-319-47829-6_1870-1. Acesso em: 24 de agosto de 2022.
- CARVALHO, E.; ROLLA, Giovanni. An Enactive-Ecological Approach to Information and Uncertainty. **Frontiers in Psychology**, vol. 11, p. 1–11, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2020.00588>. Acesso em: 24 de agosto de 2022.
- CHITES, P. Neil Gaiman revela porque John Constantine não irá aparecer em 'Sandman' da Netflix. **CineVício**, s.l., novembro de 2021. Disponível em: <https://cinevicio.com.br/filmes/neil-gaiman-revela-porque-john-constantine-nao-ira-aparecer-em-sandman-da-netflix/>. Acesso em: 24 de agosto de 2022.
- DE JAEGER, Hanne.; DI PAOLO, Ezequiel. Participatory sense-making: an enactive approach to social cognition. **Phenomenology and the Cognitive Sciences**, vol. 6, p. 485–507, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s11097-007-9076-9>. Acesso em: 24 de agosto de 2022.
- DI PAOLO, Ezequiel; CUFFARI, Elena Clare; DE JAEGER, Hanne. **Linguistic bodies: the continuity between life and language**. Cambridge: The MIT Press, 2018.
- ECO, Umberto. **Os limites da Interpretação**. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2015.
- ECO, Umberto. **O nome da rosa**. 16. ed. Rio de Janeiro: Record, 2021.
- FRAGA, Gabriel. George R.R. Martin afirma que "Game Of Thrones" deveria ter "pelo menos 10 temporadas". **Papel Pop**, São Paulo, SP, 22 de agosto de 2022. Disponível em: <https://www.papelpop.com/2022/08/george-r-r-martin-afirma-que-game-of-thrones-deveria-ter-pelo-menos-10-temperadas/>. Acesso em: 24 de agosto de 2022.
- GASPAR, Stefanie. Fábio Porchat e Danilo Gentili são acusados de pedofilia por cena em filme. **Yahoo! Vida e Estilo**, São Paulo, SP, 14 de março de 2022. Disponível em: <https://br.vida-estilo.yahoo.com/fabio-porchat-e-danilo-gentili-sao-acusados-de-pedofilia-por-cena-em-filme-151524575.html>. Acesso em: 24 de agosto de 2022.

GIBSON, Eleanor Jack. Exploratory behavior in the development of perceiving, acting, and the acquiring of knowledge. **Annual Review of Psychology**, vol. 39, p. 1-41, 1988.

HUTTO, Daniel D.; MYIN, Erik. **Radicalizing enactivism: basic minds without content**. Cambridge: MIT Press, 2013.

HUTTO, Daniel D.; MYIN, Erik. **Evolving enactivism: basic minds meet content**. Cambridge: MIT Press, 2017.

KING, Stephen. **Sobre a escrita: a arte em memórias**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

LEAL, Jônatas de Mattos. Releituras de Juízes 11,29-40: encontros e desencontros histórico-hermenêuticos. **Paralellus**, vol. 2, n. 3, p. 55-77, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.25247/paralellus.2011.v2n3.p55-77>. Acesso em: 24 de agosto de 2022.

MENDONÇA, Ana. Depois de elogiar filme de Gentili, Feliciano explica: 'Estava no telefone'. **Correio Braziliense Brasil**, Brasília, DF, 14 de março de 2022. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2022/03/4992943-depois-de-eloiar-filme-de-gentili-feliciano-explica-estava-no-telefone.html>. Acesso em: 24 de agosto de 2022.

MOISÉS, Carlos Felipe. Um autor marginal que de fato incomoda. In: CARVALHO, Campos de. **A lua vem da Ásia**. 5. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

RESENDE, Briseida Dôgo de. **Etologia, cognição e sistemas em desenvolvimento**. Tese (Livre Docência), Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2019.

RESENDE, Briseida Dôgo de.; BALLESTEROS-ARDILLA, Andrès.; FRAGASZY, Dorothy; VISALBERGHI, Elisabetta; IZAR, Patrícia. Revisiting the fourth dimension of tool use: how objects become tools for capuchin monkeys. **Evolutionary Human Sciences**, vol. 3, n. e18, p. 1-13, 2021.

ROLLA, Giovanni. **A mente enativa**. Porto Alegre: Editora Fi, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.22350%2F9786559173341>. Acesso em: 24 de agosto de 2022.

ROLLA, Giovanni, & HUFFERMANN, J. Converging enactivisms: radical enactivism meets linguistic bodies. **Adaptive Behavior**, vol. 30, n. 4, p. 345-359, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1177%2F10597123211020782>. Acesso em: 24 de agosto de 2022.

SEARLE, Jonh. **Intentionality: an essay in the philosophy of mind**. New York: Cambridge University Press, 1983.

SEGUNDO-ORTIN, Miguel. Socio-cultural norms in ecological psychology: The education of intention. **Phenomenology and the Cognitive Sciences**, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s11097-022-09807-9>. Acesso em: 24 de agosto de 2022.

SEGUNDO-ORTIN, Miguel.; SATNE, Glenda. Sharing Attention, Sharing Affordances: From Dyadic Interaction to Collective Information. *In*: WEHRLE, Maren; D'ANGELO, Diego; SOLOMONOVA, Elizaveta. (eds.). **Access and Mediation: Transdisciplinary Perspectives on Attention**. Berlin: De Gruyter, 2022. p.91-112. Disponível em: <https://doi.org/10.1515/9783110647242-005>. Acesso em: 24 de agosto de 2022.

VARELA, Francisco Javier.; THOMPSON, Evan.; ROSCH, Eleanor. **The Embodied Mind**. Revised Ed. Cambridge: The MIT Press, 2016.

ⁱ Doutorando. Universidade Federal de Goiás (UFG).

Programa de Pós-Graduação em Filosofia / Centre for Philosophy of Memory – Université Grenoble-Alpes.

FAPEG (doutorado) / CAPES (estágio no exterior).

Email: josecarloscamillo@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4110-3386>

Recebido em 24/08/2022

Avaliado em 15/12/2022



Esta obra está licenciada sob uma licença [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)